



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 11 de janeiro de 2013

AMAZONAS EM TEMPO PIM tem melhor novembro da história.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
FOLHA DE SÃO PAULO A preservação da ciência e tecnologia	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Tesouro perde R\$ 4 bi em operação fiscal	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma abre agenda oficial ouvindo grandes grupos	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Inflação fica em 5,84% em 2012	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Desoneração de smartphone aguarda aval da presidente	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
LIDER FM SÓ NO PAPEL.....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
TELESÍNTESE Telebras e Suframa vão desenvolver projeto para fortalecer o PNBL na região Norte	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA
	TÍTULO PIM tem melhor novembro da história	
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO

Em um ano de crise internacional, com baixo crescimento nas principais economias do globo, o Polo Industrial de Manaus (PIM) apresentou, de janeiro a novembro de 2012, incremento de 6,6% no faturamento em relação ao mesmo período de 2011. Os indicadores de desempenho do setor, divulgados pela SUFRAMA, mostram que, no acumulado do ano, as indústrias incentivadas da Zona Franca de Manaus faturaram R\$ 67,9 bilhões. Com faturamento médio mensal chegando a R\$ 6 bilhões, já é possível afirmar que o ano de 2012 fechará acima de R\$ 70 bilhões, superando o melhor ano do PIM, que foi 2011.

Em dólar, o PIM atingiu a marca de US\$ 3,65 bilhões em novembro de 2012. Em termos absolutos, o faturamento é menor que os US\$ 3,98 bilhões de novembro de 2011 (melhor faturamento mensal, em dólar, na história). No entanto, a moeda americana se valorizou 15% no período. Assim, em termos comparativos (US\$ 3,98 bilhões – 15% = US\$ 3,38 bilhões), o faturamento do ano passado (US\$ 3,65 bilhões) seria 8,2% melhor do que o de 2011. A valorização do dólar também tem um lado positivo para o modelo: o incremento das exportações em real. Os 11 primeiros meses de 2012 comparados aos 11 primeiros de 2011 apresentam melhoria de 22,63%, registrando mais de R\$ 1,5 bilhão exportado pelas indústrias do Polo Industrial de Manaus.

Em real, o faturamento de novembro chegou a R\$ 7,5 bilhões, o maior faturamento mensal já registrado pela SUFRAMA. O recorde anterior pertencia a agosto do ano passado, quando as indústrias do PIM faturaram R\$ 7,3 bilhões. O valor alcançado no penúltimo mês do ano passado representa aumento de 5,64% em comparação com novembro de 2011, quando o total de faturamento foi de R\$ 7,1

bilhões, atual terceira maior marca mensal da história. O resultado também representa um incremento de 6,99% em relação ao mês anterior (outubro).

Subsetores e empregos

Vários subsetores contribuíram com o recorde histórico de novembro de 2012. O subsetor Eletroeletrônico, por exemplo, faturou R\$ 2,96 bilhões, aumento de 9,10% em comparação com novembro de 2011 (R\$ 2,68 bilhões) e 7,18% a mais ante outubro do ano passado (R\$ 2,73 bilhões). No acumulado de janeiro a novembro de 2012, o subsetor alcançou a marca de R\$ 24,06 bilhões, superando em 9,59% o valor atingido no mesmo período do ano anterior.

Outro destaque foi o subsetor de Informática. Com faturamento de R\$ 936 milhões, ficou com 49,04% acima do faturamento de novembro de 2011. No acumulado dos onze meses do ano do ano passado supera em 27,07% ao acumulado de janeiro a novembro de 2011 (R\$ 8 bilhões em 2012 contra R\$ 6,1 bilhões em 2011).

Outros subsetores que apresentaram destaque em novembro foram: Bebidas (R\$ 64,5 milhões), Termoplástico (R\$ 309,6 milhões), Relojoeiro (R\$ 158,2 milhões) e Mecânico (R\$ 513,4 milhões).

Quanto à mão de obra, o PIM empregou, em novembro, 123.323 pessoas. Tal desempenho foi o segundo melhor do ano e o segundo melhor novembro do PIM, só perdendo para 2011. No acumulado de 2012, a média de empregos chegou a 120.264 em novembro. O setor que mais emprega é o Eletroeletrônico, com 51.691 trabalhadores (ante 49.888 de novembro de 2011), seguido do de Duas Rodas, com 20.279 (contra 21.122 de novembro de 2011).

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO A preservação da ciência e tecnologia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Helena Nader

O crescimento salutar do setor de ciência e tecnologia enfrenta ameaças de retrocesso oriundas de interesses político-partidários

O Brasil conta hoje com um complexo constituído por instituições dedicadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, que pode ser considerado como modelo para os países da América Latina, onde o país se destaca como maior produtor de trabalhos científicos.

Em pouco mais de seis décadas, fomos capazes de estabelecer um sistema altamente sinérgico, no qual universidades, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento, agências de fomento, secretarias e Ministérios trabalham em conjunto, estabelecem parcerias, interagem com seus congêneres internacionais e produzem conhecimento científico reconhecido internacionalmente.

O elevado grau de organização do sistema possibilitou que o Brasil atingisse a 13ª posição no ranking da produção científica mundial, uma conquista que carrega em si todo o potencial para ser superada, mas que também corre risco de ser derrubada.

Durante os últimos anos, o crescimento salutar do setor de ciência e tecnologia no Brasil tem enfrentado ameaças de retrocesso oriundas, sobretudo, de interesses político-partidários. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como exemplo, desde sua criação em 1985, já sofreu vezes que o rebaixaram a Secretaria de Estado, ou a fusões com outros Ministérios.

O contingenciamento de orçamentos pré-aprovados ou a redução das fontes de financiamento, como os fundos setoriais, também ocorrem com uma frequência perigosa para o setor, que requer planejamento e execução de longo prazo. Portanto, requer visão e ação de política de Estado.

Em todos esses momentos, a comunidade científica brasileira mobilizou-se e, apesar dos obstáculos, tem logrado assistir à preservação da estrutura e à evolução das instituições de pesquisa e das agências de financiamento.

O sistema desenvolveu-se de forma orgânica, evoluiu seguindo as tendências internacionais e as demandas socioeconômicas internas. No pós-guerra, como aconteceu em outros países, a ciência e a tecnologia passaram a integrar definitivamente a agenda governamental, com a criação de instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ambos na década de 1950.

A Capes é uma fundação do Ministério da Educação que se dedica a investir na formação de professores e pesquisadores e na aprovação e avaliação de cursos de pós-graduação stricto sensu. O CNPq, subordinado ao MCTI, desempenha a tarefa de financiar projetos de pesquisa científica e tecnológica, garantir a participação de pesquisadores brasileiros em eventos científicos internacionais, promover a difusão da ciência na sociedade e manter o cadastro atualizado da produção científica nacional por meio da Plataforma Lattes.

Com a criação do programa Ciência sem Fronteiras, que tem possibilitado a ida de centenas de estudantes universitários brasileiros a universidades conceituadas de outros países, a Capes e o CNPq assumiram a missão de administrar esse novo desafio.

A Capes e o CNPq são partes vitais do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Partes que interagem entre si e se complementam. No entanto, nos últimos dois anos, assistimos a uma queda preocupante no orçamento do CNPq, assim como no orçamento global do MCTI.

Uma queda que não se justifica, dada a importância das ações desenvolvidas por ambos.

Esperamos que as próximas ações governamentais e político-partidárias não representem nova ameaça à

estruturação das bases da ciência e tecnologia, pois sua preservação é essencial para o **desenvolvimento** sustentável do país.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Tesouro perde R\$ 4 bi em operação fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A contribuição do Fundo Soberano do **Brasil** para o superávit primário poderia ter sido bem maior que os R\$ 12,4 bilhões contabilizados pelo governo. O Tesouro Nacional perdeu mais de R\$ 4 bilhões com a venda de ações da Petrobras que pertenciam à carteira do Fundo Fiscal de Investimento em Estabilização - braço privado do fundo soberano - ao **BNDES**. O prejuízo contábil se deu pela forte desvalorização dos papéis da Petrobras entre 2010 e 2012. Segundo levantamento feito pelo Valor com base em dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Tesouro, o fundo vendeu os papéis ao **BNDES** por um valor muito inferior ao que foi pago em setembro de 2010. Só com a venda de ações ordinárias, o prejuízo foi de R\$ 3 bilhões.

Tesouro "perde" R\$ 4 bi na operação contábil feita para gerar superávit

Por Edna Simão | De Brasília

A contribuição do Fundo Soberano do **Brasil** (FSB) para o superávit primário poderia ter sido bem maior do que os R\$ 12,4 bilhões contabilizados pelo governo. Contabilmente, o Tesouro Nacional perdeu mais de R\$ 4 bilhões com a venda de ações da Petrobras que pertenciam à carteira do Fundo Fiscal de Investimento em Estabilização (FFIE), braço privado do Fundo Soberano, ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**).

O prejuízo contábil se deu pela forte desvalorização dos papéis da Petrobras entre 2010 e 2012. O desempenho negativo das ações, segundo analistas, está diretamente relacionado à decisão do governo de utilizar a petrolífera como instrumento de política pública. Na avaliação de um técnico do **Ministério** da Fazenda, porém, não há perda para o Fundo Soberano e nem para o Tesouro porque os papéis da Petrobras continuam nas mãos de uma empresa pertencente à União.

No fim de 2012, o **Governo Federal** decidiu resgatar recursos do Fundo Fiscal para garantir o cumprimento da meta de superávit primário de 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Isso porque, nem mesmo com a possibilidade de abatimento de investimentos seria possível atingir esse objetivo. Toda a operação envolveu o resgate de R\$ 12,4 bilhões do fundo

fiscal, dos quais R\$ 8,834 bilhões se referem a ações da Petrobras e o restante à venda de títulos públicos.

Segundo levantamento feito pelo Valor com base em dados disponíveis na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de relatórios de **monitoramento** do Tesouro Nacional, o Fundo Fiscal vendeu os papéis ao **BNDES** por um valor bem inferior ao que pagou em setembro de 2010.

A alienação das ações da Petrobras do Fundo Fiscal ao **BNDES** ocorreu em 31 de dezembro com base nos valores de **mercado**. No último dia de pregão de 2012 (28 de dezembro), as ações ordinárias da Petrobras eram cotadas a R\$ 19,55 e as preferenciais a R\$ 19,52.

Porém, em setembro de 2010, o Fundo Fiscal pagou R\$ 31,25 por ação ordinária da Petrobras pertencente à Caixa Econômica Federal e R\$ 29,65 em um lote maior adquirido em oferta pública. No total foram adquiridas 344.055.327 ações por R\$ 10,325 bilhões. Em 31 de dezembro de 2012, parte dessas ações ordinárias - 292.201.481 - foram compradas pelo **BNDES** por R\$ 5,697 bilhões. Somente com a venda de ações ordinárias, o prejuízo foi cerca de R\$ 3 bilhões.

Situação parecida ocorreu com a alienação das ações preferenciais. Pelo lote de 161.596.958 papéis preferenciais, o Fundo Fiscal pagou R\$ 4,249 bilhões em setembro de 2010. Porém, ao se "desfazer" de todas essas ações, teve direito a R\$ 3,136 bilhões. Ou seja, uma perda de R\$ 1,113 bilhão.

Apesar das críticas recebidas por causa do uso dos recursos do Fundo Soberano e de antecipação de dividendos das empresas estatais para garantir a meta de superávit primário de 2012, o governo insiste em dizer que não foi utilizado nenhum recurso ilegal. Além disso, o decreto que permitiu a venda de ações da Petrobras pertencentes ao FFIE ao **BNDES** contempla a possibilidade de recompra dos papéis pela União.

Se depender de decisão recente da CVM, porém, a recompra não poderá ser feita privadamente, como ocorreu na operação de saque do FFIE e deseja o governo. Terá de ser negociada em bolsa. A ideia da área econômica, segundo consulta feita à CVM, é de recompra dos papéis até 2015.

Criado em dezembro de 2008, o Fundo Soberano recebeu um aporte inicial de R\$ 14,243 bilhões. Em 2010, por meio do Fundo Fiscal, grande parte dos recursos foram destinados à compra de papéis da Petrobras e Banco do **Brasil**. Foi justamente nesse ano que houve o pico de valorização dos ativos do FFIE, atingindo R\$ 18,764 bilhões.

Em 2011 esse ganho foi revertido e o patrimônio líquido do Fundo Fiscal, único ativo do Fundo Soberano, caiu para R\$ 15,546 bilhões. Antes da operação para gerar caixa para o Tesouro (28 de dezembro), o patrimônio líquido era de R\$ 15,249 bilhões, ligeiramente inferior ao de 2011. Esse desempenho está atrelado ao comportamento dos investimentos em renda variável. O patrimônio líquido do FFIE fechou 2012 em R\$ 2,853 bilhões. Mas para o Tesouro não há perda de patrimônio pois os recursos do resgate do FFIE estão contabilizados na conta única.

A aposta do governo era de que os papéis da Petrobras se recuperariam no longo prazo com a retomada do crescimento. Porém, o Executivo não pode esperar para se desfazer dos papéis. De acordo com a área econômica, esses investimentos - como Petrobras, que concentrava as aplicações do Fundo Fiscal -- sofreram com os efeitos da crise econômica mundial.

Analistas consultados pelo Valor afirmam que a perda do Fundo Soberano com Petrobras é reflexo da política intervencionista do governo. "A rentabilidade do Fundo Fiscal vai estar atrelada às intervenções do **Governo Federal** na Petrobras e no Banco do Brasil. E os papéis dessas empresas vão oscilar conforme essas intervenções", disse João Augusto Salles, da Lopes Filho e Associados.

No caso da Petrobras, cujo conselho de administração é presidido pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a desvalorização dos papéis está relacionada, conforme analistas do setor, ao fato de o governo tentar impedir reajustes no preço da gasolina para evitar uma aceleração da inflação no país. Essa atitude acaba interferindo na capacidade de investimento.

Também para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, as ações da Petrobras recuaram devido à utilização excessiva das estatais pelo governo. O diretor do Instituto de Eletrotécnica da Universidade de São Paulo (USP), Ildo Sauer, acrescenta a falta de transparência: "Ninguém tem confiança."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma abre agenda oficial ouvindo grandes grupos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Bruno Peres

A presidente Dilma Rousseff abriu ontem a agenda oficial deste ano recebendo alguns dos principais empresários e executivos do país, os diretores-presidentes da Cosan, Rubens Ometto; da Vale, Murilo Ferreira; e da Odebrecht, Marcelo Odebrecht.

A Presidência da República não informou o conteúdo da conversa com cada um, nem a coincidência de sua presença na agenda no primeiro dia efetivo de volta de Dilma Rousseff ao trabalho, depois das férias na Bahia. Em férias, ainda, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, não participaram das reuniões.

Os empresários fizeram declarações otimistas, cada um para seu setor, à saída da reunião, anunciando investimentos e planos de negócios e análise de conjunturas que apontam para uma melhoria neste ano.

O presidente da Cosan estimou que a safra 2013/2014 de cana-de-açúcar, com início em abril, será melhor que a anterior. O executivo disse que a moagem no setor pode alcançar 600 milhões de toneladas no próximo ciclo. O grupo estima investir em 2013 cerca de R\$ 5 bilhões.

Murilo Ferreira, da Vale, disse considerar que neste ano a companhia tem um otimismo em relação ao momento econômico atual, mas evitou traçar cenários possíveis para o

preço do minério de ferro. O otimismo, na avaliação dele, decorre de uma melhoria nas relações comerciais com a Ásia.

Já o presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, relatou à presidente a previsão de investimentos da empresa em 2013 em um total de R\$ 17 bilhões, após R\$ 13 bilhões investidos no ano passado. Ele também reforçou o interesse da construtora em atuar no setor aeroportuário, assim como em outros segmentos em logística.

Segundo eles, não foram tratados, durante os encontros, os problemas mais graves enfrentados pelo governo no momento, envolvendo o setor energético e a ameaça de racionamento. Os três discordaram da avaliação de risco na segurança energética no Brasil.

Acho que isso mostra que cada vez mais ela quer escutar o setor empresarial, disse Marcelo. Na avaliação dele, na condição de presidente, Dilma deve sempre fazer ao setor privado o pedido de investimentos e geração de empregos. Ferreira, da Vale, convidou a presidente para a inauguração da planta de cobre em Salobo, no Pará, após falar dos principais empreendimentos da mineradora em diversas regiões do país.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Inflação fica em 5,84% em 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com a alta de 0,79% em dezembro, o IPCA fechou em 5,84% em 2012. Pelo terceiro ano seguido, ficou acima do centro da meta do governo. Alimentos e serviços subiram quase 10% no ano passado.

IPCA fica em 5,84%, acima do centro da meta

Em 2012, inflação superou o alvo pelo 3º ano seguido. Salário de empregada doméstica subiu 12,73%

Fabiana Ribeiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial, encerrou 2012 com alta acumulada de 5,84%, após avançar 0,79% em dezembro, informou o IBGE ontem. Apesar do fraco crescimento da economia brasileira no ano passado, a inflação terminou o ano acima do centro da meta do governo, estipulada em 4,5%, com margem de dois pontos percentuais para mais ou menos. Pelo terceiro ano consecutivo, o índice supera o alvo: em 2010, ficou em 5,91%, e em 6,50%, em 2011. Assim, o governo da presidente Dilma Rousseff não conseguiu manter a inflação abaixo do centro da meta em seus dois primeiros anos. E os analistas já preveem que, em 2013, a inflação ficará entre 5,5% e 6%.

No ano passado, os vilões da inflação foram os alimentos e os serviços. No ano, o custo do empregado doméstico, que faz parte do grupo de despesas pessoais, subiu 12,73%, no maior impacto para o IPCA, com 0,45 ponto percentual. Também pesaram - e muito - nas contas das famílias as refeições (8,59%), o aluguel (8,95%), o plano de saúde (7,79%) e os cursos regulares (8,35%). O grupo dos serviços subiu 8,74% em 2012.

Farinha de mandioca subiu 91%

O grupo alimentação e bebidas, que detém a maior parcela do orçamento das famílias (23,93%), subiu 9,86%. Puxaram as altas produtos como farinha de mandioca (91,51%), feijão mulatinho (53,80%), alho (50,65%), batata (49,98%), feijão preto (44,20%) e arroz (36,67%).

- A empregada doméstica se constitui uma despesa das famílias que vem aumentando por causa da escassez do profissional e pelo aumento do salário mínimo. Os alimentos, com a redução da área plantada e seca, tiveram oferta

menor - disse Eulina Nunes, gerente do IPCA, acrescentando que ajudaram a segurar a inflação em 2012 o comportamento das tarifas de energia elétrica e dos preços dos automóveis novos e usados, por causa do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido para automóveis.

Mercado prevê juros estáveis

Em dezembro, a inflação acelerou para 0,79%, acima das projeções do mercado (0,74%) e a maior taxa desde março de 2011 (0,79%).

- Ainda que tenha vindo acima do que o mercado esperava, não houve surpresas. Dezembro mostra um ponto fora da curva. E, por isso, o ano de 2013 deve fechar com inflação mais perto de 5,5% do que de 6% - disse Carlos Thadeu de Freitas, chefe da Divisão de Economia da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e ex-diretor do Banco Central (BC).

Em janeiro, os alimentos devem continuar pressionando o IPCA, em boa medida por altas sazonais de legumes e hortaliças, por causa das chuvas típicas do período. Vão pesar também, segundo a consultoria LCA, altas em passagem aérea, etanol, automóvel novo (com o fim da isenção de IPI) e tarifas de ônibus urbano, intermunicipal e interestadual.

INPC subiu mais: 6,20%

A inflação mais forte em dezembro não deve fazer o BC mexer nos juros, aposta o mercado. Na avaliação de Fábio Romão, economista da LCA, o BC não deve mexer nos juros em 2013.

Para André Guilherme Perfeito, economista da Gradual Investimentos, a própria desaceleração da economia brasileira pode fazer o "trabalho sujo" da Taxa Selic (hoje em 7,25% ao ano) e ajudar a segurar a inflação.

- De um lado, a inflação, apesar dessa alta de dezembro, não configura um problema. E por outro, há espaço para a atividade crescer no segundo semestre, até por causa de incentivos já dados, como os juros menores. Portanto, o BC não deve reagir com alta de juros, nem com queda - afirmou Perfeito.

Com os alimentos mais caros em 2012, a inflação pesou mais no bolso dos mais pobres. O Índice Nacional de Preços

ao Consumidor (INPC) - que se refere às famílias com rendimento de 1 a 6 salários mínimos, enquanto o IPCA tem como referência renda até 40 salários mínimos - subiu 6,20% em 2012, acima dos 6,08% de 2011.

O Estado de São Paulo

Tombini diz que inflação resiste, mas é 'declinante'

Presidente do Banco Central afirma, por meio de nota, que a meta para o IPCA foi cumprida pelo nono ano consecutivo.

Eduardo Cucolo / Brasília

A inflação continuará em níveis elevados por mais alguns meses, mas deverá cair ao longo de 2013 e fechar o ano abaixo dos 5,84% verificados em 2012, de acordo com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

"No curto prazo, a inflação mostra resistência, mas as perspectivas indicam retomada da tendência declinante ao longo de 2013", disse Tombini em nota, ao comentar o resultado do IPCA divulgado ontem pelo IBGE, no Rio.

O presidente do Banco Central destacou que a meta de inflação foi cumprida pelo nono ano consecutivo, tendo em vista que há uma margem de tolerância de dois pontos percentuais em relação ao objetivo de 4,5%. Disse ainda que, na segunda metade de 2012, foram observadas altas de "preço decorrentes de choques desfavoráveis no segmento de commodities agrícolas, dentre outros fatores".

Apesar de o principal índice de inflação do País ter ficado acima de 4,5% pelo terceiro ano consecutivo, o BC avaliou como positivo o fato de o IPCA em 2012 ter ficado abaixo do verificado em 2010 e 2011.

Fontes do governo disseram ao Estado que esse recuo, somado ao fato de a inflação não ter estourado o teto de 6,5%, mostra que o regime de metas criado em 1999 não foi abandonado.

Na avaliação oficial, utilizar a margem de tolerância para atingir esse objetivo está dentro das regras do jogo. O governo também considera **importante** que a inflação do ano passado tenha sido a 5.a menor nesses 14 anos de regime e lembra que somente em 2006, 2007 e 2009 a inflação ficou abaixo de 4,5%.

Previsões. No Relatório Trimestral de Inflação divulgado pelo BC em dezembro, a previsão era de que o IPCA encerrasse 2012 em 5,7%. Para 2013, está mantida, por enquanto, a estimativa de uma taxa de 4,8%, considerando um **dólar** de R\$ 2,05 e a manutenção da taxa básica de juros nos atuais 7,25% ao ano.

A pesquisa do Banco Central com economistas mostra uma estimativa de 549%.

Consulta feita pelo serviço AE Projeções, da Agência Estado, com 20 instituições do **mercado** financeiro, mostra previsões para o IPCA entre 4,90% e 6,70%, com mediana de 5,60%.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Desoneração de smartphone aguarda aval da presidente		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para operadoras, redução de impostos por meio da Lei do Bem é fundamental para diminuir preços

Fabiana Monte e Cláudia Bredarioli

O **Ministério das Comunicações** confirmou ontem ao **Brasil ECONÔMICO** que, depois de passar pelo **Ministério da Fazenda**, o projeto que prevê a inclusão dos smartphones na chamada Lei do Bem -para que, com menos impostos, os preços dos produtos tenham redução de até 25% - está nas mãos da Presidência da República para ser aprovado.

Na estimativa do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, os aparelhos deverão passar a ter preço mínimo de R\$ 200 e máximo de R\$ 1,1 mil no varejo, com a desoneração. A vigência da medida depende da aprovação da presidente Dilma Rousseff. A previsão é que esse aval saia em breve. A Lei do Bem desonera PIS e Cofins dos smartphones e foi instituída em setembro do ano passado, mas ainda não foi publicada.

Para as operadoras, a inclusão de smartphones na Lei do Bem será fundamental para a diminuição de preços. "Este é o fator mais **importante**, porque os aparelhos fabricados no país terão um deságio tributário. Além disso, há a queda natural de preços", afirma Erik Fernandes, diretor de marketing da Claro.

Roberto Guenzburger, diretor de produtos de mobilidade da Oi, diz que, no ano passado, os preços de smartphones tiveram redução média de 8% - queda verificada nos últimos três anos, à medida que aumenta a escala de **produção** e caem os custos. "Para 2013, a expectativa é um pouco mais agressiva. Só a Lei do Bem tem o potencial de reduzir preços em 10%, dependendo de sua abrangência".

O smartphone mais barato vendido pela Oi está na casa de R\$ 299, considerado por Guenzburger preço-chave para ajudar na massificação. Em média, o preço dos smartphones no **Brasil** está acima dos R\$ 300, segundo o executivo, e a Lei do Bem pode colocar os aparelhos abaixo desse patamar. "Quando baixa desse preço, há uma alavancagem grande, porque o que **importa** para o

consumidor é o valor da parcela. Pagar R\$ 20 ou R\$ 30 por mês cabe no bolso".

Além disso, Erik Fernandes observa que, quando a diferença de preço entre um smartphone e um celular mais simples fica em até R\$ 200, o consumidor passa a optar pelo aparelho que oferece mais recursos. "No segundo semestre vamos começar a ver um efeito maior, por conta do impacto da lei", prevê o diretor da Claro.

Roberto Soboll, diretor de produtos de telecom da Samsung, que lidera o **mercado** mundial de smartphones, prevê que será possível encontrar smartphones da empresa a partir de R\$ 349 ou R\$ 379. Em 2012, o valor partia de R\$ 399.

"Naturalmente, haveria uma redução de preços por escala, mas também tem o fator da demanda por smartphones", afirma, referindo-se ao crescente interesse de consumidores por esses aparelhos. Smartphones atingiram uma participação de 30% no volume total de celulares comercializados no país no ano passado, segundo Soboll.

Fernando Belfort, líder da equipe de tecnologia para a América Latina da consultoria Frost & Sullivan, acrescenta que o **mercado** sempre terá diferentes faixas de preço de smartphones, o que ajuda a aumentar a escala. Mas, com a evolução tecnológica, o consumidor paga o mesmo preço por modelos com mais tecnologia. "Um telefone que hoje é considerado premium, no ano que vem estará em um segmento inferior e será substituído por um lançamento", diz. "No início havia apenas smartphones caros, de R\$ 2 mil. Agora, começam a haver modelos mais baratos", completa Eduardo Tude, presidente da consultoria Teleco.

O que se discute agora é qual faixa de preço de aparelho será beneficiada pela desoneração. Tudo caminha para que sejam os smartphones até R\$ 999. Calcula-se que a retirada dos impostos traria uma redução da arrecadação R\$ 500 milhões anuais ao governo. No caso do regime especial previsto para o Plano Nacional de Banda Larga, a desoneração seria de até R\$ 6 bilhões em cinco anos.

Compromisso

Em meados de dezembro, os fabricantes de smartphones se comprometeram a repassar os benefícios recebidos por meio de incentivos fiscais para o consumidor final. O compromisso faz parte de um termo assinado entre Bernardo e as fabricantes Samsung, LG, Nokia, Motorola e Sony.

Mas a previsão de Paulo Bernardo era de que a medida fosse aprovada antes do Natal, para impulsionar as vendas no melhor momento do ano para o **comércio**. Uma das razões para o atraso na decisão seria o impasse sobre o teto dos aparelhos para desoneração. O **Ministério** das Comunicações defende que tenham incentivos fiscais smartphones que custem até R\$ 1 mil para beneficiar consumidores com menos poder aquisitivo.

Já o **Ministério** da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) defende que tenham redução de tributos smartphones fabricados no **Brasil** que custem até R\$ 2 mil, para envolver os modelos com mais inovação. O aumento do teto envolveria aprovação do **Ministério** da Fazenda, uma vez que traria

impacto na arrecadação fiscal. Neste aspecto, ainda não foi divulgado o conteúdo do texto final a ser aprovado pela presidente.

Para chegar a um consenso o governo contratou um estudo para saber qual teto deve estabelecer para o incentivo do smartphone e também sobre o potencial de crescimento desse **mercado** no Brasil.

Há expectativa de que a Lei do Bem cortará cerca de 9,25% de tributos das empresas que já estão instaladas no país. Já as empresas novas se beneficiariam com a redução de cerca de 15% do IPI. "A medida que reduz para zero as alíquotas de Pis e Cofins para os smartphones aguarda regulamentação através de decreto. Mas, assim que for publicada, ela passa a vigorar imediatamente para os fabricantes nacionais", diz a advogada Lúcia Tucci.

	VEÍCULO LIDER FM	EDITORIA	
	TÍTULO SÓ NO PAPEL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Entrepasto da Zona Franca de Manaus é esquecido no segundo mandato de Valdomiro

São José do Rio Preto, 11 de janeiro de 2013

Tema recorrente no programa Líder Notícias desde 2010, a instalação de um entreposto da Zona Franca de Manaus, em Rio Preto, parece mesmo ter ficado de fora das prioridades do prefeito Valdomiro Lopes em seu segundo mandato. Em setembro de 2010, ao lado do então governador Alberto Goldman (PSDB), Valdomiro assinou na cidade, protocolo de intenções que praticamente definia Rio Preto como cidade-sede para receber o empreendimento.

O complexo que receberia produtos da Zona Franca com suspensão de impostos e geraria milhares de empregos para Rio Preto e região foi descartado em julho do ano passado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Alckmin disse na ocasião que “há um temor de que a instalação do complexo em Rio Preto possa prejudicar a indústria de São Paulo, criando uma concorrência não positiva”.

	VEÍCULO TELESÍNTESE	EDITORIA	
	TÍTULO Telebras e <u>Suframa</u> vão desenvolver projeto para fortalecer o PNBL na região Norte		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Memorando de entendimento prevê ações para implantação da infraestrutura necessária à realização das Copas das Confederações e do Mundo

A Telebras assinou memorando de entendimento com a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** visando troca de informações, execução e gestão de projetos, apoio nas ações de integração de redes. O objetivo é reforçar as ações da estatal nos estados da região Norte para implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e da infraestrutura necessária à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.

Nessa primeira fase do projeto não estão previstos desembolsos de recursos das duas partes, mas sim a prospecção de ações conjuntas para apressar a oferta de

capacidade de banda larga na região, uma das prioridades da estatal.

A Telebras desenvolveu um projeto específico para atender a região Norte, onde investirá R\$ 66 milhões na interligação e construção de redes de fibra óptica de alta conectividade. Para as localidades aonde o backbone da empresa não chegar, será utilizado o satélite geostacionário, previsto para entrar em operação até o final de 2014/início de 2015.(Da redação)